

CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO E AGROECOLOGIA: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA MATA SUL DE PERNAMBUCO

**SOCIAL CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE AND AGROECOLOGY:
PERSPECTIVES FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT IN SOUTHERN
PERNAMBUCO**

Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas • 29/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/793147747](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/793147747)

Vanessa Sabrina Teixeira de Melo¹

Luciano Pires Andrade²

José de Lima Albuquerque³

Bruno Leonardo Quirino de Oliveira Freitas⁴

Williana Carla Silva Alves⁵

Maria Zilma Sampaio Rocha⁶

Maria Alexandra Abreu de Sousa⁷

Sangela Maria Pereira dos Santos⁸

Raimundo Jackson Nogueira da Silva⁹

RESUMO

A Mata Sul de Pernambuco é historicamente marcada pela monocultura da cana-de-açúcar. Com a crise do setor sucroenergético, a agroecologia surgiu como alternativa estratégica. Ela busca articular produção agrícola, conservação ambiental e valorização de saberes locais. O estudo analisa transformações territoriais e o fortalecimento da agricultura familiar. A pesquisa é qualitativa e exploratória, baseada em uma ampla revisão bibliográfica. Os resultados mostram que a transição exige mais do que a mudança no uso da terra. É necessária a integração de políticas públicas, educação popular e organização comunitária. A agroecologia vai além da técnica, sendo um processo social, educativo e político. Ela fortalece a autonomia dos sujeitos e a construção compartilhada do conhecimento. Assim, contribui para territórios rurais mais justos, resilientes e sustentáveis.

Palavras-chave: Transição socioecológica; Educação popular; Agricultura familiar; Ecologia de saberes; Reforma agrária.

ABSTRACT

Pernambuco's Mata Sul is historically defined by sugarcane monoculture and its colonial legacy. Following the sugar-energy sector crisis, agroecology emerged as a strategic alternative. It integrates agricultural production, environmental conservation, and the valorization of local knowledge. The study analyzes territorial transformations and the strengthening of family farming. The qualitative and exploratory research is based on an extensive bibliographic review. Results demonstrate that transition requires more than just a change in land use. Integrating public policies, popular education, and community organization is essential. Agroecology goes beyond technique, serving as a social, educational, and political process. It strengthens individual

autonomy and the shared construction of knowledge. Ultimately, it contributes to more just, resilient, and sustainable rural territories.

Keywords: Socio-ecological transition; Popular education; Family farming; Ecology of knowledge; Agrarian reform.

1. INTRODUÇÃO

A Mata Sul de Pernambuco é formada por 23 municípios, constituindo um dos territórios mais emblemáticos da formação histórica do Nordeste brasileiro. Desde o período colonial, sua ocupação esteve fortemente vinculada à exploração da monocultura da cana-de-açúcar, consolidada originalmente pelo sistema de sesmarias (Andrade, 1963), atividade responsável por estruturar a economia regional e organizar o espaçoagrário sob laços do latifúndio. Segundo as análises do mesmo autor, essa estrutura estabeleceu relações sociais marcadas pela concentração fundiária e pela exploração do trabalho que, na transição para o século XXI, reconfigurou-se no complexo sucroenergético, caracterizado pela oligopolização financeira e pelo assalariamento temporário.

A instalação de usinas sucroalcooleiras na região sudeste, caracterizadas pela mecanização, grandes áreas produtivas e maiores produtividades (Silva; Lima, 2023), promoveu uma forte crise nas 23 usinas existentes a partir da década de 1990, com reflexos no endividamento das unidades e seu fechamento, alterando as relações de trabalho. Este marco deu início ao processo de territorialização da luta pela terra, impulsionando a criação de assentamentos da reforma agrária como forma de romper com o histórico monopólio do latifúndio (Fernandes, 2000).

Segundo Silva Junior (2011), a mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco compreende uma área territorial de 8.738 km² distribuída ao longo de 42 municípios, abrigando uma população de mais de 1,2 milhão de habitantes. Caracterizada historicamente pela forte concentração da monocultura canavieira, a região destaca-se atualmente por concentrar o maior número de assentamentos rurais de todo o estado. Essa nova dinâmica ampliou a presença da agricultura familiar em áreas anteriormente ocupadas pela monocultura, combatendo o 'deserto verde' e a escassez alimentar (Castro, 1951). Entretanto, essas mudanças ocorreram em um contexto marcado pela descontinuidade das políticas públicas e pela fragilidade da assistência técnica, confinando a produção familiar a minifúndios periféricos instalados em solos marginais de encostas íngremes.

A reconfiguração territorial recente da Zona da Mata Sul de Pernambuco é marcada pelo declínio histórico do setor sucroalcooleiro e pelo avanço expressivo da pecuária extensiva de corte (Ferreira, 2024). Esse processo de transição do "açúcar ao gado" foi fortemente impulsionado pela instalação de novos complexos agroindustriais na região — como o frigorífico da Masterboi na vizinha Canhotinho —, o que estimulou a conversão de antigas terras de usinas falidas e engenhos desativados em pastagens (G1 PE, 2023; MST, 2022). Contudo, essa expansão tem ocorrido sob severas tensões agrárias, uma vez que a implantação de novos núcleos de pecuária extensiva tem pressionado e ameaçado a permanência de comunidades camponesas, posseiros e agricultores familiares estabelecidos nesses territórios há décadas, notadamente em municípios como Jaqueira e Maraial (Ferreira, 2024; MST, 2022).

É nesse cenário que a agroecologia, enquanto ciência interdisciplinar, assume crescente relevância como campo científico, político e educativo, por integrar a pesquisa, a educação e a ação que promove a sustentabilidade nas etapas do sistema alimentar nas dimensões ecológica, econômica e social, de forma participativa, valorizando todas as formas de conhecimento e experiência (Gliessman, 2018). Mais do que um conjunto de técnicas voltadas à produção agrícola sustentável, a agroecologia reconhece agricultores familiares como sujeitos ativos na produção, sistematização e compartilhamento de saberes, atuando na construção coletiva do conhecimento, fortalecendo processos de autonomia, cooperação e inovação social, culminando na ampliação das possibilidades de construção de estratégias territorializadas de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, compreender as transformações da Mata Sul exige ultrapassar análises centradas exclusivamente nas mudanças produtivas, incorporando as relações sociais, os processos educativos e as dinâmicas de construção do território (Goris et al., 2021). O desenvolvimento territorial passa a ser entendido como resultado da interação entre diferentes sujeitos sociais, instituições e formas de organização coletiva (Favareto, 2007), nas quais o conhecimento produzido localmente desempenha papel fundamental para a construção de alternativas sustentáveis (Goris et al., 2021).

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: como as transformações produtivas ocorridas na Mata Sul de Pernambuco dialogam com a agroecologia enquanto estratégia de construção do desenvolvimento territorial sustentável? Assim, o estudo tem como objetivo analisar, por meio de revisão sistemática da literatura, as transformações territoriais

ocorridas na região, discutindo as contribuições da agroecologia para a construção de alternativas de desenvolvimento fundamentadas na agricultura familiar, na valorização dos saberes locais, na participação social e na construção coletiva do conhecimento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Formação Histórica da Mata Sul de Pernambuco e a Construção da Paisagem Canavieira

Compreender a configuração territorial da Mata Sul de Pernambuco exige reconhecer que o território não constitui apenas um espaço físico, mas o resultado de processos históricos, relações de poder e formas distintas de apropriação da natureza construídas ao longo do tempo. Segundo Silva (2020), a ocupação efetiva da Zona da Mata pernambucana ocorreu a partir da consolidação da economia açucareira, favorecida pela fertilidade dos solos, pela disponibilidade hídrica e pela proximidade dos portos marítimos, fatores que possibilitaram a rápida inserção da capitania de Pernambuco no mercado internacional do açúcar.

A expansão dos engenhos transformou a região em um dos principais centros econômicos da América Portuguesa, estruturando um modelo produtivo baseado na monocultura, na grande propriedade e na utilização intensiva da mão de obra escravizada, características que definiram a organização do território durante séculos. Essa dinâmica produtiva promoveu profundas alterações na paisagem natural da Mata Sul. A ocupação do território ocorreu mediante a substituição progressiva da vegetação nativa da Mata

Atlântica por extensas áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, alterando permanentemente os ecossistemas locais.

A expansão dos engenhos implicou intenso processo de desmatamento, tanto para abertura das áreas agrícolas quanto para o abastecimento das caldeiras utilizadas na produção açucareira (Calazans et al., 2023). Como consequência, a exploração dos recursos naturais tornou-se elemento constitutivo da própria formação territorial da região, cujos efeitos ambientais permanecem perceptíveis na configuração contemporânea da paisagem. Entretanto, a importância da economia açucareira ultrapassa sua dimensão econômica.

Os engenhos constituíram verdadeiros núcleos de organização da vida social, política e cultural da Mata Sul, estabelecendo formas específicas de ocupação do território e de exercício do poder. A estrutura organizada em torno da casa-grande, da senzala e das áreas de cultivo materializou relações profundamente desiguais, consolidando uma sociedade marcada pela concentração fundiária, pela hierarquização social e pela exclusão dos trabalhadores do acesso aos meios de produção (Wedig; Ramos, 2023). Essas características contribuíram para formar um território cuja identidade histórica permanece fortemente vinculada à cultura canavieira.

Segundo Garcia Jr., Heredia e Garcia (1979), o sistema de plantation no Nordeste estruturou relações históricas de subalternidade a partir do monopólio da terra e do fechamento político dos recursos, impedindo o desenvolvimento de alternativas econômicas autônomas para os trabalhadores rurais. Essa subordinação perpetuava-se tanto no plano pessoal, por meio da "relação de

morada" (que vinculava habitação e roçado à prestação de serviços), quanto na esfera econômica através dos "barracões" — armazéns internos dos engenhos que mantinham as famílias camponesas sob um regime de endividamento constante. Configurava-se, assim, a condição de um "campesinato ameaçado", cuja reprodução social simples ou ampliada permanecia umbilicalmente dependente e subordinada aos movimentos e ciclos da grande propriedade canavieira.

Essa interpretação aproxima-se da compreensão de Andrade (2011), para quem a formação agrária nordestina não pode ser analisada apenas pela ótica da produção agrícola, mas sobretudo pelas relações sociais estabelecidas em torno da propriedade da terra. O autor demonstrou que a predominância do latifúndio monocultor condicionou a organização econômica e política da região, limitando o desenvolvimento de sistemas agrícolas diversificados e restringindo a autonomia das populações rurais. Dessa forma, a concentração da terra tornou-se um dos principais elementos estruturantes das desigualdades que caracterizam o espaço agrário nordestino.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, essas transformações revelaram que o território é permanentemente produzido e reproduzido pelas relações estabelecidas entre diferentes atores sociais. Conforme afirmou Haesbaert (2019), o território deve ser compreendido como espaço de múltiplas territorialidades, no qual diferentes sujeitos constroem formas distintas de apropriação, pertencimento e exercício do poder. Assim, a paisagem da Mata Sul não representa apenas o resultado da expansão da monocultura da cana-de-açúcar, mas expressa processos históricos de disputa pelo uso da terra, pelo controle dos

recursos naturais e pela definição dos modelos de desenvolvimento predominantes.

Ao longo do século XX, a consolidação das usinas sucroalcooleiras intensificou ainda mais esse processo de especialização produtiva. A modernização tecnológica da agroindústria fortaleceu a dependência econômica da região em torno da cadeia produtiva do açúcar, reduzindo a diversidade das atividades agrícolas e ampliando a vulnerabilidade econômica dos municípios diante das oscilações do mercado sucroenergético. A expansão das usinas promoveu a reorganização do espaço agrário pernambucano, ampliando a concentração da produção e reduzindo progressivamente a autonomia das pequenas unidades produtivas (Andrade, 1989).

A história da Mata Sul não se resume à monocultura, evidenciando os processos de resistência e reconstrução territorial protagonizados por agricultores familiares, comunidades tradicionais e movimentos sociais. Esses sujeitos preservaram saberes, práticas agrícolas e formas de organização coletiva que servem como base para alternativas ao modelo agroexportador. Tais experiências, embora muitas vezes invisibilizadas pela narrativa dominante da economia açucareira, são fundamentais para a diversificação produtiva e o fortalecimento contemporâneo da agroecologia no território (Silva, 2012).

A trajetória histórica da região é o resultado da interação entre modelos econômicos e disputas territoriais, em que o legado da economia canavieira explica os desafios atuais e o surgimento de novas territorialidades pautadas na diversificação e nos saberes locais. Conforme abordado por Goris et al. (2021), a Agroecologia é

caracterizada como um caminho viável para responder a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mitigar e adaptar o planeta às mudanças climáticas e preservar a biodiversidade. Mais do que uma metodologia técnica, constitui-se como uma abordagem voltada à soberania alimentar, fornecendo princípios que visam estreitar e melhorar as relações entre as pessoas, a prática agrícola e a natureza de forma a garantir a autonomia dos agricultores e transformar os sistemas alimentares atuais. Por fim, consolida-se como um conceito multidimensional que atua simultaneamente como ciência, prática agrícola e movimento social.

2.2. A Crise do Setor Sucroenergético, a Agricultura Familiar e a Reconfiguração Territorial da Mata Sul

A economia da Mata Sul de Pernambuco permaneceu, durante grande parte do século XX, fortemente dependente da agroindústria sucroenergética. A especialização produtiva construída ao longo de mais de quatro séculos consolidou uma estrutura econômica altamente vulnerável às oscilações do mercado internacional do açúcar, às mudanças nas políticas agrícolas nacionais e às transformações tecnológicas do setor. Essa dependência fez com que a crise da agroindústria canavieira, intensificada a partir da década de 1990, ultrapassasse a dimensão econômica, desencadeando profundas mudanças na organização social e territorial da região.

Segundo Silva (2012), o encerramento das atividades de diversas usinas provocou uma ruptura significativa na dinâmica produtiva da Mata Sul, resultando na redução dos postos de trabalho, na retração da economia regional e no enfraquecimento das redes de serviços que historicamente gravitaram em torno da produção açucareira.

Municípios que estruturavam sua economia quase exclusivamente na monocultura passaram a enfrentar elevados índices de desemprego, migração rural e fragilização das condições de reprodução social das famílias trabalhadoras.

Entretanto, a crise do setor sucroenergético também abriu espaço para a emergência de novos sujeitos sociais e de novas formas de ocupação do território. A desapropriação de áreas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) favoreceu a implantação de assentamentos rurais e ampliou o acesso à terra por agricultores familiares anteriormente excluídos do processo produtivo. Embora esse movimento represente um importante avanço na democratização do acesso à terra, Silva (2012) ressalta que a criação dos assentamentos, isoladamente, não foi suficiente para garantir condições estruturais de desenvolvimento, uma vez que muitos desses territórios continuaram enfrentando limitações relacionadas ao crédito, à infraestrutura, à assistência técnica e aos canais de comercialização.

Sob essa perspectiva, a reforma agrária deve ser compreendida não apenas como política de redistribuição fundiária, mas como um processo permanente de reconstrução territorial. O acesso à terra constitui condição fundamental para a reprodução da agricultura familiar; entretanto, sua efetividade depende da articulação entre políticas públicas, organização comunitária, formação, assistência técnica e fortalecimento das capacidades locais. Quando esses elementos não se consolidam de forma integrada, persistem dificuldades para a construção de sistemas produtivos capazes de promover autonomia econômica e sustentabilidade ambiental.

Ao mesmo tempo em que a agricultura familiar ampliava sua presença em parte da Mata Sul, outro movimento passou a redefinir a paisagem regional: a expansão da pecuária extensiva sobre antigas áreas de cultivo da cana-de-açúcar. Essa transformação alterou significativamente o uso da terra, mas não promoveu mudanças substanciais nas estruturas históricas de concentração fundiária. Em diversos municípios, extensas áreas anteriormente ocupadas pelos canaviais foram convertidas em pastagens, reduzindo a demanda por mão de obra, limitando a diversificação produtiva e intensificando processos de simplificação da paisagem agrícola.

A Mata Sul de Pernambuco apresenta atualmente uma sobreposição de múltiplas territorialidades em tensionamento, que variam da monocultura tradicional e pecuária extensiva aos assentamentos de reforma agrária e experiências agroecológicas. Essa configuração revela um território heterogêneo, onde o desenvolvimento é redefinido como a capacidade coletiva de gestão democrática e mobilização de recursos, transformando a crise do setor açucareiro em uma oportunidade para fortalecer a agricultura familiar e a cooperação local.

É justamente nesse contexto que a agroecologia ganha centralidade. A necessidade de construir sistemas produtivos menos dependentes da especialização agrícola, mais resilientes às mudanças econômicas e ambientalmente sustentáveis cria condições para o fortalecimento de experiências fundamentadas na diversificação da produção, na recuperação dos recursos naturais, na valorização dos conhecimentos locais e na organização coletiva das comunidades rurais. Assim, a agroecologia deixa de representar apenas uma alternativa técnica ao modelo convencional e passa a constituir um projeto de transformação territorial comprometido

com a construção de novas relações entre sociedade, natureza e desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, a crise do setor sucroenergético não deve ser compreendida apenas como o declínio de uma atividade econômica historicamente dominante. Ela representa um momento de inflexão na trajetória da Mata Sul pernambucana, no qual diferentes projetos de desenvolvimento passam a disputar espaço no território. De um lado, permanecem modelos produtivos marcados pela concentração da terra e pela baixa diversificação econômica; de outro, fortalecem-se iniciativas que reconhecem a agricultura familiar, a agroecologia, a cooperação e a participação social como elementos fundamentais para a construção de territórios mais inclusivos, resilientes e sustentáveis.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A escolha por esse delineamento metodológico justifica-se pela necessidade de reunir, sistematizar e analisar criticamente a produção científica relacionada às transformações históricas, produtivas, sociais e territoriais da Mata Sul de Pernambuco, bem como às contribuições da agroecologia para a construção de alternativas de desenvolvimento territorial sustentável.

A revisão bibliográfica centrou-se em obras sobre a formação histórica e a crise sucroenergética na Mata Sul, abrangendo temas como agricultura familiar, reforma agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. Para isso, foram selecionados livros,

artigos e dissertações de autores reconhecidos nos campos da Agroecologia, Educação Popular e Geografia Agrária.

O levantamento bibliográfico estruturou-se em três eixos analíticos: a formação histórica da paisagem canavieira; a crise do setor sucroenergético vinculada à emergência da agricultura familiar; e a agroecologia como um processo multidimensional (produtivo, educativo, político e territorial). A análise do material ocorreu por meio de leituras exploratórias, seletivas e interpretativas, permitindo identificar conceitos-chave e autores fundamentais. Esse processo resultou em uma interpretação crítica e integrada sobre as relações entre a monocultura e as potencialidades de desenvolvimento sustentável na Mata Sul.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A Permanência das Desigualdades Territoriais na Mata Sul de Pernambuco

A revisão bibliográfica indica que as recentes transformações na Mata Sul não representaram uma ruptura definitiva com o legado da economia açucareira. Embora a crise das usinas tenha trazido novos usos para o espaço rural, permanecem problemas estruturais como a concentração de terras, a distribuição desigual de recursos e os obstáculos para a inserção econômica da agricultura familiar.

Conforme discutido por Silva (2012), o fechamento de diversas usinas promoveu alterações profundas na dinâmica econômica regional, especialmente pela redução dos postos de trabalho e pela fragilização das economias municipais historicamente dependentes da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Entretanto, o declínio da agroindústria não resultou automaticamente na construção de um

novo modelo de desenvolvimento rural. Em muitos casos, antigas áreas agrícolas passaram a ser destinadas à pecuária extensiva ou permaneceram subutilizadas, evidenciando que a mudança da atividade econômica predominante não alterou, necessariamente, as relações históricas de acesso e controle da terra.

Essa permanência das desigualdades confirma a análise de Andrade (2011), segundo a qual a estrutura agrária nordestina foi historicamente organizada para atender aos interesses da grande propriedade monocultora. Mesmo diante das mudanças ocorridas na economia regional, muitos dos mecanismos responsáveis pela concentração fundiária permanecem condicionando a organização do espaço rural, limitando a diversificação produtiva e restringindo as oportunidades de fortalecimento da agricultura familiar.

Sob a perspectiva territorial, Haesbaert (2019) argumenta que os territórios constituem espaços de disputa permanente entre diferentes projetos de desenvolvimento. Essa compreensão permite interpretar a Mata Sul como um território onde coexistem distintas formas de apropriação da terra e diferentes racionalidades produtivas. Enquanto parte da região permanece vinculada à lógica da grande propriedade e da produção especializada, outras áreas passam a incorporar iniciativas fundamentadas na agricultura familiar, na organização comunitária e em estratégias de diversificação agrícola.

Ainda sob a ótica de Haesbaert (2019), a crise da monocultura canavieira não encerrou as tensões históricas no campo; ao contrário, gerou um cenário de disputa entre dois modelos distintos: a permanência de sistemas especializados e de baixa biodiversidade (como a cana e a pecuária) e o fortalecimento de projetos

agroecológicos que integram conservação ambiental e inclusão social.

Nesse cenário, torna-se evidente que os desafios enfrentados pela Mata Sul extrapolam questões estritamente produtivas. A construção de alternativas sustentáveis depende da capacidade de promover maior democratização do acesso às políticas públicas, ampliar os processos de organização comunitária e fortalecer mecanismos de participação social que permitam às populações rurais assumir papel protagonista na definição dos projetos de desenvolvimento de seus próprios territórios.

Além disso, a literatura evidencia que o desenvolvimento territorial não pode ser compreendido apenas pelos indicadores econômicos ou pela evolução da produção agrícola. Conforme Raffestin (1993), o território é continuamente produzido pelas relações sociais estabelecidas entre diferentes sujeitos e pelas formas de apropriação dos recursos disponíveis. Assim, compreender a realidade da Mata Sul exige reconhecer que as transformações produtivas observadas nas últimas décadas estão diretamente relacionadas às disputas políticas, às estratégias de organização social e às diferentes concepções de desenvolvimento presentes na região.

Nesse sentido, a agroecologia atua como um campo de visibilidade para o protagonismo das mulheres rurais, cujas práticas de manejo da biodiversidade e cuidado com os agroecossistemas são fundamentais para a segurança alimentar e para a construção de novos sujeitos políticos no campo (Siliprandi, 2015).

Dessa forma, a análise realizada evidencia que a principal transformação observada na Mata Sul não consiste apenas na substituição da cana-de-açúcar por outras atividades econômicas, mas na emergência de novos sujeitos, novas formas de organização e novas possibilidades de construção do território. É justamente nesse contexto que a agroecologia passa a assumir papel estratégico, oferecendo referenciais capazes de integrar produção, conservação ambiental, participação social e construção coletiva do conhecimento. Assim, compreender os desafios contemporâneos da Mata Sul significa reconhecer que o futuro da região dependerá menos da substituição de uma cultura agrícola por outra e mais da capacidade de fortalecer processos sociais que ampliem a autonomia das comunidades rurais e consolidem formas mais democráticas de desenvolvimento territorial.

4.2. Agroecologia Como Estratégia de Diversificação Produtiva e Fortalecimento da Agricultura Familiar

Após leituras é notável que a agroecologia representa uma das principais alternativas para enfrentar os desafios históricos que caracterizam a região. Em um local marcado pela predominância da monocultura, pela concentração fundiária e pela dependência econômica de sistemas produtivos especializados, a diversificação agrícola constitui não apenas uma estratégia de aumento da produção, mas um processo de reconstrução das relações entre sociedade, natureza e território. Sob essa perspectiva, a agroecologia amplia a compreensão do desenvolvimento rural ao integrar dimensões ecológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas na organização dos agroecossistemas.

Altieri (2012) destaca que a agroecologia fundamenta-se na utilização dos processos ecológicos como base para o planejamento dos sistemas agrícolas, favorecendo maior estabilidade ambiental, redução da dependência de insumos externos e aumento da biodiversidade. Entretanto, seus benefícios ultrapassam os aspectos agronômicos. Ao incentivar a diversificação produtiva e a integração entre diferentes componentes do agroecossistema, a agroecologia fortalece a capacidade adaptativa das famílias agricultoras diante das mudanças climáticas, das oscilações de mercado e das limitações impostas pelos modelos convencionais de produção.

Na Mata Sul de Pernambuco, essa perspectiva assume importância estratégica diante do histórico de especialização produtiva associado à economia canavieira. Durante décadas, a organização do território esteve orientada pela produção de uma única cultura agrícola, restringindo a diversidade de atividades econômicas e limitando a autonomia das comunidades rurais. A diversificação promovida pelos princípios agroecológicos rompe com essa lógica ao estimular sistemas produtivos capazes de integrar culturas alimentares, espécies florestais, criação animal e conservação dos recursos naturais, ampliando simultaneamente a segurança alimentar, a geração de renda e a sustentabilidade ambiental.

Segundo Gliessman (2009), a transição agroecológica deve ser compreendida como um processo gradual de reorganização dos agroecossistemas, iniciado pela redução da dependência de insumos externos e culminando na transformação das relações estabelecidas entre produção, consumo e sociedade. Essa abordagem permite compreender que a adoção de práticas agroecológicas não ocorre de forma imediata, mas resulta de processos permanentes de experimentação, adaptação e

aprendizagem desenvolvidos pelos próprios agricultores em interação com instituições de pesquisa, assistência técnica e organizações sociais.

Caporal e Costabeber (2004) ressaltam que a agroecologia fortalece processos de autonomia ao reduzir a dependência dos agricultores em relação aos insumos industriais e aos mercados convencionais. A utilização de recursos disponíveis na própria unidade produtiva, associada ao manejo ecológico dos agroecossistemas, amplia a capacidade das famílias de controlar seus processos produtivos, reduzindo custos e aumentando a resiliência dos sistemas agrícolas. Essa autonomia, entretanto, não possui apenas dimensão econômica; ela fortalece também a capacidade de organização social e de participação política das comunidades rurais.

Essa construção coletiva diferencia profundamente a agroecologia dos modelos convencionais de inovação agrícola. Enquanto a modernização agrícola foi historicamente orientada pela difusão vertical de pacotes tecnológicos padronizados, a agroecologia reconhece que as soluções mais eficientes emergem da interação entre diferentes formas de conhecimento. Nesse sentido, os agricultores familiares deixam de ser compreendidos como simples usuários de tecnologias desenvolvidas externamente e passam a ocupar posição central na produção, adaptação e aperfeiçoamento das práticas produtivas.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se ao papel desempenhado pela diversidade biológica na estabilidade dos agroecossistemas. Sistemas produtivos diversificados apresentam maior capacidade de conservação do solo, proteção dos recursos hídricos, ciclagem de nutrientes e controle natural de pragas e

doenças, reduzindo significativamente a necessidade de intervenções químicas. Essa característica torna a agroecologia particularmente relevante em regiões historicamente submetidas a intensos processos de degradação ambiental, como ocorreu em grande parte da Mata Sul durante a expansão da monocultura canavieira.

Através do fortalecimento de redes locais de comercialização rurais e da articulação de canais curtos de escoamento, a agricultura familiar de base agroecológica consolida novos patamares de inserção econômica local (Schneider, 2004). Ao ampliar o número de produtos comercializados, reduzir riscos associados às oscilações de mercado e estimular circuitos curtos de comercialização, a agricultura familiar fortalece sua capacidade de permanência no campo e amplia sua contribuição para o desenvolvimento local. Dessa forma, a diversificação torna-se elemento fundamental para a construção de economias territoriais mais resilientes e menos dependentes de cadeias produtivas concentradoras.

Além dos impactos econômicos e ambientais, a literatura demonstra que experiências agroecológicas fortalecem processos de cooperação entre agricultores, estimulando o intercâmbio de sementes, conhecimentos, tecnologias e estratégias de comercialização. Essas relações contribuem para ampliar o capital social existente nos territórios, favorecendo o surgimento de redes de colaboração capazes de potencializar iniciativas coletivas de desenvolvimento rural.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, na qual se compreende que o fortalecimento institucional e a descentralização dependem da articulação de redes sociais e de cooperação

(Abramovay, 2006), essas redes assumem papel estratégico por fortalecerem mecanismos locais de governança e ampliarem a capacidade das comunidades de participar da formulação e execução de políticas públicas. O território deixa de ser compreendido apenas como espaço físico destinado à produção agrícola e passa a constituir um ambiente de construção permanente de relações sociais, identidades culturais e projetos coletivos de futuro, visto que o espaço geográfico deixa de ser um mero suporte físico neutro para se consolidar como uma construção multidimensional gerada pelas relações e ideias dos sujeitos que o habitam (Fernandes, 2004).

Nesse sentido, a agroecologia promove uma mudança significativa na forma de compreender o desenvolvimento rural. Em vez de orientar-se exclusivamente pelo aumento da produtividade agrícola, passa a considerar a qualidade das relações estabelecidas entre os sujeitos, os recursos naturais e as instituições presentes no território. Produzir alimentos, conservar a biodiversidade, fortalecer organizações comunitárias, promover segurança alimentar e ampliar a autonomia das famílias deixam de ser objetivos independentes e passam a integrar um mesmo processo de transformação territorial.

A agroecologia na Mata Sul de Pernambuco transcende a dimensão técnica, configurando-se como uma estratégia de reconstrução territorial. Ela integra a diversificação produtiva, o fortalecimento da agricultura familiar e a valorização dos saberes locais, oferecendo uma resposta às desigualdades históricas da região. Esse modelo promove a criação de territórios rurais mais resilientes, democráticos e inclusivos ao priorizar a participação social e a justiça socioambiental.

4.3. Agroecologia Como Processo Educativo e Construção Coletiva do Conhecimento

A transição agroecológica não se limita a técnicas sustentáveis, sendo, essencialmente, um processo social e educativo baseado na aprendizagem permanente e na produção compartilhada de conhecimento. Para Pimbert (2009), essa perspectiva alinha-se à Educação Popular, valorizando a interação entre sujeitos e saberes locais em contraposição ao modelo da Revolução Verde, que impôs uma extensão rural verticalizada, tratando agricultores como meros receptores e suprimindo sua autonomia.

Em contraposição a essa perspectiva, Freire (1983), ao discutir a relação entre extensão e comunicação, afirma que o processo educativo somente se concretiza quando ocorre por meio do diálogo entre sujeitos que compartilham diferentes formas de compreender a realidade. Para o autor, o conhecimento não pode ser concebido como algo transferido de um indivíduo para outro, mas como resultado de um processo coletivo de reflexão, problematização e construção compartilhada. Essa compreensão representa uma ruptura significativa com os modelos tradicionais de assistência técnica, influenciando profundamente o pensamento agroecológico contemporâneo.

Nesse contexto, a agroecologia incorpora os princípios da Educação Popular ao reconhecer que agricultores familiares, povos tradicionais, técnicos, pesquisadores e organizações sociais constituem sujeitos igualmente importantes na produção do conhecimento. A valorização das experiências construídas nos territórios permite compreender que as soluções para os desafios do desenvolvimento rural emergem do diálogo entre diferentes formas

de saber, fortalecendo processos de experimentação, adaptação e inovação desenvolvidos coletivamente pelas comunidades (Pimbert, 2009).

Caporal e Costabeber (2004) destacam que a extensão rural agroecológica deve ser compreendida como um processo educativo comprometido com a emancipação dos sujeitos e com o fortalecimento de sua capacidade de interpretar criticamente a realidade. Diferentemente da assistência técnica convencional, cuja preocupação concentra-se na difusão de tecnologias padronizadas, a extensão agroecológica busca criar espaços permanentes de aprendizagem, nos quais agricultores e técnicos constroem conjuntamente estratégias adaptadas às especificidades ecológicas, econômicas e culturais de cada território.

Essa perspectiva aproxima-se da compreensão apresentada por Brandão (2006), para quem a aprendizagem constitui um fenômeno social construído nas práticas cotidianas das comunidades. O autor ressalta que os processos educativos extrapolam os espaços formais de ensino, manifestando-se nas relações de trabalho, nas formas de organização comunitária, na convivência entre gerações e no compartilhamento das experiências acumuladas ao longo do tempo. Assim, o território transforma-se simultaneamente em espaço de produção agrícola e em espaço permanente de formação humana.

Ao discutir a ecologia de saberes, Santos (2019) amplia essa reflexão ao afirmar que diferentes formas de conhecimento podem coexistir de maneira complementar, desde que sejam reconhecidas em condições de respeito mútuo. Essa perspectiva rompe com a ideia de superioridade do conhecimento científico e contribui para

compreender a agroecologia como um campo interdisciplinar capaz de integrar conhecimentos acadêmicos, experiências camponesas, práticas tradicionais e processos locais de inovação. Dessa forma, a construção do conhecimento deixa de ocorrer de maneira centralizada e passa a constituir um patrimônio coletivo produzido pela interação entre diferentes sujeitos.

No âmbito da agricultura familiar, Petersen et al. (2009) demonstram que os processos de inovação agroecológica apresentam maior capacidade de consolidação quando fundamentados na experimentação realizada pelos próprios agricultores. A observação sistemática dos agroecossistemas, o intercâmbio de experiências, a adaptação das tecnologias às condições locais e a valorização dos conhecimentos historicamente construídos fortalecem a autonomia das comunidades e ampliam sua capacidade de responder aos desafios ambientais, econômicos e sociais.

A consolidação da agroecologia na Mata Sul depende da transição de iniciativas individuais para a formação de redes de cooperação horizontal que integrem universidades, movimentos sociais, ONGs e agricultores familiares. Nessas redes, o conhecimento circula de forma democrática, transformando a inovação em um patrimônio construído socialmente e não apenas um produto de laboratório. Esse arranjo fortalece a governança territorial, permitindo que as comunidades superem o isolamento institucional e as desigualdades históricas do latifúndio ao mobilizarem seus próprios recursos materiais e imateriais.

Por fim, a literatura analisada demonstra que a consolidação da agroecologia depende menos da difusão de tecnologias isoladas e mais da construção de ambientes institucionais e comunitários

capazes de estimular o diálogo, a cooperação e a aprendizagem permanente. Essa compreensão amplia significativamente o conceito de desenvolvimento territorial, deslocando seu foco do crescimento econômico para a formação de capacidades locais, para o fortalecimento das organizações sociais e para a valorização dos sujeitos como protagonistas das transformações que desejam construir.

4.4. Assistência Técnica, Organização Social e Inovação Territorial na Construção da Agroecologia

Os estudos analisados demonstraram que a consolidação da agroecologia depende da articulação entre diferentes dimensões do desenvolvimento rural, ultrapassando os limites da unidade produtiva e envolvendo processos coletivos de organização social, construção de políticas públicas e fortalecimento institucional. Nesse contexto, a assistência técnica e extensão rural assume papel estratégico ao atuar como mediadora entre o conhecimento científico, os saberes locais e as demandas concretas das comunidades rurais, contribuindo para fortalecer processos de inovação social e territorial.

Historicamente, a assistência técnica brasileira foi estruturada segundo uma lógica difusionista, fundamentada na modernização da agricultura e na transferência vertical de tecnologias. Essa abordagem, predominante durante grande parte do século XX, priorizou o aumento da produtividade agrícola mediante a adoção de pacotes tecnológicos padronizados, frequentemente desconsiderando as especificidades ambientais, culturais e socioeconômicas dos diferentes territórios rurais. Como consequência, muitos agricultores familiares passaram a depender

de tecnologias externas, reduzindo sua autonomia e sua capacidade de adaptação às realidades locais.

A partir das contribuições da agroecologia e da Educação Popular, essa concepção passa a ser questionada. Caporal e Costabeber (2004) defendem que a extensão rural deve assumir caráter educativo e participativo, reconhecendo os agricultores como sujeitos capazes de produzir conhecimentos e construir soluções para os desafios enfrentados em seus territórios. Nessa perspectiva, o papel do extensionista deixa de estar associado à simples difusão de recomendações técnicas e passa a envolver processos de facilitação, mediação e construção compartilhada do conhecimento.

Essa mudança representa uma redefinição do próprio conceito de inovação. Tradicionalmente, a inovação agrícola foi compreendida como incorporação de tecnologias desenvolvidas em centros de pesquisa e posteriormente transferidas aos agricultores. Entretanto, sob a perspectiva agroecológica, a inovação emerge da interação entre diferentes sujeitos, sendo continuamente construída a partir da experimentação, da observação, do intercâmbio de experiências e da capacidade das comunidades de adaptar tecnologias às suas condições ecológicas e socioculturais.

Petersen et al. (2009) destacam que os processos de inovação agroecológica apresentam maior consistência quando sustentados por redes de cooperação entre agricultores, instituições de pesquisa, universidades, organizações não governamentais e serviços públicos de assistência técnica. Essas redes possibilitam a troca permanente de experiências, ampliam a circulação de conhecimentos e fortalecem ambientes favoráveis à experimentação coletiva. Dessa forma, a inovação deixa de ser compreendida como resultado de

iniciativas individuais e passa a constituir patrimônio construído socialmente.

Na realidade da Mata Sul de Pernambuco, essa articulação institucional torna-se particularmente relevante diante da complexidade dos desafios herdados da economia açucareira. A permanência de desigualdades fundiárias, a fragilidade de parte das organizações locais, a necessidade de recuperação ambiental e as dificuldades de inserção econômica da agricultura familiar evidenciam que os processos de desenvolvimento territorial exigem ações integradas entre diferentes atores sociais. A atuação isolada de qualquer instituição mostra-se insuficiente para responder às múltiplas dimensões desses desafios.

Sob essa perspectiva, universidades, institutos federais, centros de pesquisa, órgãos públicos de assistência técnica, movimentos sociais e organizações comunitárias assumem papel complementar na construção de estratégias de desenvolvimento territorial. Mais do que produzir tecnologias, estas instituições contribuem para criar ambientes de aprendizagem, fortalecer capacidades locais e estimular processos permanentes de cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos na construção da agroecologia.

A efetividade da transição agroecológica depende de políticas públicas contínuas e integradas, em vez de projetos isolados e de curta duração. A literatura indica que o sucesso dessas iniciativas está condicionado a investimentos permanentes em formação, assistência técnica, crédito, comercialização e infraestrutura, consolidando a agroecologia como uma estratégia estruturante de desenvolvimento rural (Silva, 2012).

A assistência técnica agroecológica é apresentada como um processo educativo e organizativo que transcende a mera orientação produtiva para promover a autonomia e a participação comunitária. Esta abordagem fundamenta-se na concepção freireana, onde o conhecimento é construído através do diálogo e da reflexão crítica sobre a realidade. Assim, a construção de territórios sustentáveis depende da cooperação e da aprendizagem coletiva (inteligência coletiva) entre os sujeitos locais, em vez da simples aplicação de tecnologias externas ou pacotes científicos prontos.

Assim, fortalecer a agroecologia na Mata Sul de Pernambuco implica investir não apenas na diversificação produtiva, mas principalmente na consolidação de redes institucionais capazes de integrar pesquisa, extensão, educação, organizações sociais e políticas públicas. É essa articulação que permitirá transformar experiências locais em estratégias permanentes de desenvolvimento territorial, ampliando a capacidade das comunidades rurais de construir soluções sustentáveis para seus próprios desafios.

4.5. Perspectivas para a Transição Agroecológica e o Desenvolvimento Territorial na Mata Sul de Pernambuco

Os desafios da Mata Sul de Pernambuco transcendem a crise do setor sucroenergético, estando profundamente enraizados em um modelo histórico de ocupação territorial marcado pelo latifúndio monocultor, especialização produtiva e exclusão social. Diante desse cenário, a agroecologia emerge não apenas como uma mudança técnica no manejo, mas como um processo de transformação territorial que redefine as dimensões econômicas, políticas, culturais e educativas do campo.

A organização social atua como o eixo central da inovação territorial, pois associações e movimentos sociais criam espaços de aprendizagem coletiva e planejamento, fortalecendo a identidade do território. A literatura reforça que comunidades bem articuladas possuem maior facilidade para acessar mercados, influenciar políticas públicas e manter processos constantes de inovação.

Em concordância com Siliprandi (2015), a consolidação da agroecologia na região depende do fortalecimento da juventude rural e das mulheres, cujos projetos de vida no campo exigem oportunidades que integrem viabilidade econômica, formação e participação política. Paralelamente, o sucesso desse processo requer a construção de políticas públicas intersetoriais e integradas (crédito, ATER, comercialização e educação), uma vez que a fragmentação das ações governamentais limita a efetividade das estratégias de desenvolvimento territorial.

Caporal e Costabeber (2004) afirmam que as instituições de ensino e pesquisa (universidades e institutos federais) desempenham um papel vital na formação de profissionais voltados ao desenvolvimento participativo e na geração de soluções territoriais específicas. Nesse contexto, a extensão rural agroecológica deixa de ser um simples mecanismo de difusão técnica para se tornar um instrumento estratégico de mediação social e governança. Ao promover a aprendizagem mútua entre a ciência e os saberes tradicionais, essa abordagem fortalece a autonomia das comunidades rurais e consolida processos educativos permanentes integrados ao território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica revela que a Mata Sul de Pernambuco ainda é profundamente moldada pela herança da economia açucareira, que estruturou a desigualdade social e a concentração fundiária de forma tão rígida que a crise do setor sucroenergético não foi suficiente para romper essas bases. Atualmente, o território vive uma disputa entre projetos de desenvolvimento distintos: por um lado, o fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais pautados na diversificação; por outro, a persistência do latifúndio sob a forma de pecuária extensiva e a fragilidade das políticas públicas de apoio ao campo.

A agroecologia transcende a dimensão técnica, consolidando-se como um campo científico, político e social que integra a conservação ambiental ao fortalecimento da agricultura familiar por meio da construção coletiva do conhecimento (Goris et al., 2021). Na Mata Sul, esses espaços de comercialização direta surgem como uma estratégia crucial para romper com a histórica dependência de intermediários e atravessadores rurais, que tradicionalmente capturavam a maior parte do valor gerado pelo trabalho camponês sob a herança do controle comercial do latifúndio canavieiro. Essa transição se operacionaliza por meio da auto-organização coletiva das famílias e de redes de jovens camponeses, que assumem diretamente todas as etapas de planejamento, transporte, precificação e comercialização direta de seus alimentos saudáveis, sem a interferência de agentes externos.

Assim, no momento do encontro direto e solidário entre os produtores e os consumidores urbanos nas praças públicas da região, a feira deixa de ser apenas um local de transações econômicas. Ela se consolida como um território pedagógico, social e político, onde o "diálogo de saberes" é compartilhado diretamente

com a sociedade e a soberania alimentar é vivenciada de forma prática e emancipatória (GarciaA JR.; Heredia; Garcia, 1979; Goris et al., 2021). Ao alicerçar-se nos princípios da Educação Popular, essa abordagem rompe com modelos verticais de extensão rural e prioriza o diálogo de saberes e a cooperação entre diversos atores. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial deixa de ser visto apenas como crescimento econômico e passa a ser um processo permanente de fortalecimento da autonomia e das capacidades locais, resultando em territórios rurais mais resilientes e democráticos.

A consolidação da agroecologia na Mata Sul exige políticas públicas integradas e permanentes (crédito, ATER, comercialização e educação) que superem a fragmentação atual para construir alternativas ao modelo dominante. Além disso, é essencial fortalecer redes de cooperação horizontal entre universidades, movimentos sociais e agricultores, tornando a construção coletiva do conhecimento o elemento estruturante para a inovação e o desenvolvimento territorial.

A conclusão do estudo aponta que a transformação da Mata Sul exige uma visão que vá além das mudanças produtivas, compreendendo o território como um reflexo de relações históricas, sociais e políticas. Nesse cenário, a agroecologia é apresentada como a estratégia ideal para articular essas dimensões e construir alternativas sustentáveis. O trabalho posiciona a agroecologia não apenas como técnica, mas como um projeto de transformação social pautado na justiça socioambiental e na democratização do conhecimento, servindo de base para a reconstrução de regiões marcadas pelo latifúndio. Por fim, o texto convoca novas pesquisas

que integrem investigação empírica e participação comunitária para guiar políticas públicas de desenvolvimento dos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria do desenvolvimento territorial. In: ALENTEJANO, J. et al. (Org.). Contexto e desafios do desenvolvimento territorial rural. Brasília, DF: IICA, 2006. p. 15-32.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, M. C. de. História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1989.

BRANDÃO, C. R. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CALAZANS, M. J. T. et al. Engenho Paul: história e memória de Pernambuco para valorização do bioma Mata Atlântica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2023, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural

sustentável. Brasília: MDA/SAF, 2004.

CASTRO, J. de. Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

FAVARETO, A. Paradigmas do desenvolvimento rural em xeque. São Paulo: Iglu/Fapesp, 2007.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma tipologia de territórios. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2004, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2004. p. 25-38.

FERREIRA, Emanuella da Silva. Relações de poder e conflitos territoriais: o caso da Comunidade do Engenho Batateiras em Maraial - Pernambuco. 2024. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

G1 PE. Oito dos dez municípios com maior queda populacional em PE estão na Zona da Mata Sul; desaceleração econômica pode explicar êxodo. G1 Pernambuco, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/07/12/oito-dos-dez-municipios-com-maior-queda-populacional-em-pernambuco-estao-na-mata-sul-desaceleracao-economica-pode-explicar-exodo.ghtml>. Acesso em: 6 ago. 2026.

GARCIA JR., A.; HEREDIA, B. M. A. de; GARCIA, M. F. Campesinato e "plantation" no Nordeste. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 267-287, 1979.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLIESSMAN, S. R. Defining Agroecology. Agroecology and Sustainable Food Systems, v. 42, p. 599-600, 2018.

GORIS, M. B. et al. Popular education, youth and peasant agroecology in Brazil. Journal of Rural Studies, v. 87, p. 12-22, 2021.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

JARA, O. A sistematização de experiências: prática e teoria para transformar a realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MINAYO, M. C. de. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Inauguração de maior frigorífico do Nordeste intensifica conflitos por terra em Pernambuco. Portal MST, 19 set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/19/inauguracao-de-maior-frigorifico-do-nordeste-intensifica-conflitos-por-terra-em-pernambuco/>. Acesso em: 6 ago. 2026.

PETERSEN, P. et al. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PIMBERT, M. Soberania alimentar: por sistemas alimentares democraticamente localizados. Londrina: AS-PTA, 2009.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, B. de S. O fim do império cognitivo: de afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as águas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 336 p.

SILVA JUNIOR, Josué Francisco da. A atuação da Embrapa na Zona da Mata de Pernambuco. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 13 dez. 2011. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1014563/1/atuacaodaEmbrapa.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2026.

SILVA, E. J. da. História de Pernambuco: Colônia e Império. Recife: EDUPE, 2020.

SILVA, J. R. da. Reestruturação produtiva, crise do setor sucroalcooleiro e emergência da agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, M. F.; LIMA, F. M. O cenário da cana-de-açúcar na Mata Sul Pernambucana em épocas de pandemia da COVID-19. Revista de Administração, Regionalidade e Contabilidade, v. 2, n. 1, p. 24-36, 2023.

WEDIG, J. C.; RAMOS, J. D. D. Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 86, p. 16-30, 2023.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFRPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: [acesse o](#)

[artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)